

Ofício Andifes nº 184/2023

Brasília, 23 de agosto de 2023

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Cumprimentando-o, em consonância com o chamamento que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva fez, em janeiro deste ano, para os reitores e reitoras das universidades, dos institutos federais e dos centros federais de educação tecnológica, e em consonância com o Ofício Andifes n. 125/2023, apresentamos dados relevantes das universidades federais brasileiras, a evolução histórica do seu financiamento e as necessidades de curto, médio e longo prazos para continuarmos contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país e melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro, com excelência e compromisso social.

As instituições federais de ensino superior brasileiras, no âmbito de sua missão constitucional de realizar ensino, pesquisa e extensão, possuem uma rede de equipamentos públicos e serviços que atendem à população nas mais diversas áreas, incluindo hospitais, museus, teatros, cinemas, parques científicos e tecnológicos, agências de inovação, incubadoras de empresas, escritórios de assistência jurídica e serviços de atenção à saúde mental, entre tantos outros.

A rede de hospitais universitários federais, por exemplo, é formada por 51 hospitais vinculados a 36 universidades, que, além de serem hospitais-escola e realizarem também pesquisa clínica de alto nível, formam a maior rede de atendimento público à saúde do Brasil, representando uma força significativa para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Na pandemia de covid-19, como amplamente noticiado, as universidades e os hospitais universitários atuaram na linha de frente de combate à doença, além de participar do desenvolvimento de vacinas e realizar inúmeras outras ações para a superação daquela tragédia. No auge da crise de oxigênio ocorrida em Manaus, por exemplo, os hospitais universitários de diferentes partes do país não apenas receberam pacientes graves, como cederam pessoal para dar treinamento e para reforçar equipes de saúde daquele estado.

Para fins de comparação histórica, no último ano do segundo mandato do Presidente Lula, em 2010, de acordo com o censo da educação superior (INEP/MEC), havia 849.679 estudantes de graduação matriculados nas universidades federais. Em 2021, último ano com dados disponíveis, também de acordo com o INEP, esse número estava em 1.128.950 matrículas, o que representa acréscimo de 33% no número de matrículas na graduação nas universidades federais no período, mesmo após as graves consequências da pandemia de covid-19 e das adversidades por que passaram as universidades federais nos últimos anos.

Excelentíssimo Senhor Ministro Camilo Santana

Ministério da Educação (MEC)

C/C: Secretária de Educação Superior Denise Pires de Carvalho – SESu

Além do aumento do número de estudantes a partir da expansão das universidades e institutos federais e do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, iniciativa do segundo governo do Presidente Lula, a inclusão de estudantes socioeconomicamente vulneráveis e de diferentes origens da sociedade brasileira tem contribuído decisivamente para a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, a maior diversidade das nossas comunidades e a redução das assimetrias regionais, com grande êxito. Em muitos locais, as IFES são a única opção dos jovens brasileiros para cursar o ensino superior.

Segundo pesquisa realizada pela Andifes em 2018, 26,61% dos estudantes de graduação das universidades federais têm renda per capita de até meio salário mínimo; 26,93%, de até um salário mínimo, e 16,61%, de até um salário e meio, totalizando 70,2% de estudantes abaixo de um salário e meio. Entre os estudantes cotistas, 48% têm renda mensal familiar de até meio salário mínimo. Além disso, 51,2% dos estudantes da graduação são negros. Quanto à origem escolar, 64,7% dos estudantes cursaram o Ensino Médio integralmente ou na maior parte do tempo em escolas públicas.

Esses números, que devem ser ainda maiores atualmente, demonstram a mudança do perfil dos nossos estudantes ao longo dos anos e a necessidade de ampliação dos recursos orçamentários para atendimento à assistência estudantil e outras políticas de inclusão e permanência nas universidades federais.

Em termos de pós-graduação, segundo dados da última avaliação quadrienal da Capes (2017-2020), as universidades federais ofertam mais de 2.400 programas de pós-graduação, lato e stricto sensu, com mais de 211 mil matrículas e cerca de 50 mil concluintes por ano. Em 2011, o número de matrículas era de aproximadamente 157 mil, o que representou aumento de 34% no período.

A extensão universitária realizou 3.043 programas, 12.548 cursos de extensão, 29.028 projetos, 4.548 prestações de serviço e 21.152 eventos, totalizando 70.319 atividades em 2022.

As universidades federais brasileiras possuem mais de 170 museus, de diferentes tipos, origens e formas de atuação. Os museus universitários brasileiros são guardiões do maior e um dos mais importantes acervos do país.

Um outro ponto importante, a rede audiovisual é formada por 33 TVs Universitárias e 36 Rádios Universitárias, com produção atual acima de 21 horas de conteúdo semanal inédito e grande potencial como instrumento de comunicação para a sociedade. Esse conteúdo é veiculado na EBC (TV Brasil e Rádio Nacional), Canal de Educação (TV MEC e Rádio MEC), via Streaming (plataforma e programação), além de outras parcerias públicas ou privadas.

Quanto à qualidade das universidades federais, 87% das universidades que tiveram nota máxima (5) no último Índice Geral de Cursos (IGC) são universidades federais. As

demais são estaduais. Das universidades que obtiveram conceito 4, há grande destaque também para as universidades federais.

Na pós-graduação, 80% das instituições com maior percentual de programas com notas 5, 6 e 7 na última avaliação quadrienal da CAPES/MEC são universidades federais. As demais são universidades estaduais.

As universidades federais ocupam também os primeiros lugares no Brasil e na América Latina nos principais rankings internacionais, como pode-se comprovar pelos dados do THE, incluindo THE Impact e THE Latin America, QS e os divulgados nesta semana pelo Ranking de Xangai ou Academic Ranking of World Universities (ARWU), a despeito da instabilidade do financiamento da educação superior, da ciência e da tecnologia no país.

Quanto à evolução do orçamento das universidades federais, o orçamento discricionário no ano de 2010 das universidades federais, na Fonte do Tesouro, foi de aproximadamente R\$ 4,0 bilhões, que, atualizados pelo IPCA, equivale a cerca de R\$ 8,5 bilhões. Corrigindo-se este valor pelo mesmo percentual do aumento do número de matrículas de graduação nas universidades federais no período 2010-2022, 33%, o montante equivaleria a R\$ 11,3 bilhões.

Ainda a título de comparação, em 2015, no segundo governo da Presidente Dilma Roussef, quando houve o maior valor de orçamento das universidades federais da série histórica, o total do orçamento discricionário das universidades federais, na Fonte do Tesouro, em valores nominais, foi de cerca de R\$ 8,0 bilhões, o que equivale a aproximadamente R\$ 12,8 bilhões em valores atualizados pelo IPCA, sem considerar a necessária correção orçamentária para acompanhar o aumento de matrículas na graduação e na pós-graduação.

Os dados aqui resumidamente apresentados demonstram a importância e a diversidade das contribuições para o país do conjunto das universidades e demais instituições de ensino superior federais do Brasil. Mesmo em contexto muito adverso, o que inclui profunda redução orçamentária desde 2015, as universidades federais têm cumprido com excelência, eficiência e elevado compromisso público o seu papel constitucional.

Em 19 de abril deste ano, em evento no Palácio do Planalto, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a recomposição dos orçamentos das universidades e institutos federais, na ordem de R\$ 2,44 bilhões, dos quais R\$ 1,75 bilhão seria destinado às universidades federais. Entretanto, do valor distribuído para a recomposição do orçamento das universidades, R\$ 193 milhões não foram distribuídos para as universidades federais. O aumento concedido pelo MEC e MCTI para diferentes tipos de bolsas, apesar de importante, impactou fortemente o orçamento das universidades federais, já insuficiente para a sua manutenção. Soma-se a isso o fato da maioria das universidades não ter condições orçamentárias para conceder, internamente, aos seus bolsistas, aumento equivalente ao dado pelo MEC e MCTI aos valores dos diferentes tipos de bolsas.

A inclusão das universidades federais no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com previsão de investimentos até 2026, conforme anunciado pelo Presidente Lula, certamente será fundamental para o início da reconstrução das políticas voltadas à educação superior e retomada de obras inacabadas. Entretanto, os recursos de investimento necessários ao funcionamento anual das universidades vão muito além de obras, sendo necessário, por exemplo, recursos de investimento também para aquisição de equipamentos e de material bibliográfico. Aliás, cumpre salientar que muitos laboratórios de graduação e de pós-graduação carecem de urgente atualização e de manutenção, sob pena de comprometer aulas práticas e experimentos científicos.

Cumpre ainda registrar que o referencial orçamentário para o PLOA 2024 foi de R\$ 6.022.511.454, correspondente a -0,77% do valor da LOA 2023 + suplementação, que foi de R\$ 6.069.336.683. Desconsiderando a redução orçamentária por que passamos nos últimos 6 anos, esses valores representam o retorno, em valores nominais, a montante próximo ao orçamento de 2012. Esse fato agrava ainda mais a nossa realidade de extrema escassez orçamentária, pois os contratos de manutenção e as despesas institucionais têm apresentado índices de correção superiores aos da inflação, o que implica desafios adicionais para a gestão das universidades. Acrescente-se a isso a necessidade de serviços de manutenção predial urgentes, uma vez que a escassez prolongada de recursos para esta finalidade tem comprometido gravemente as condições das edificações em uso pelas instituições.

É importante ressaltar, ainda, a necessidade de ampliação de recursos para viabilizar a curricularização da extensão.

Com base no acima exposto, após detalhado estudo das nossas áreas técnicas e tendo consciência da situação econômica desafiadora por que passa o Brasil, mas com a convicção da importância da educação superior pública para o nosso país, vimos, respeitosa e responsabilmente, apresentar as seguintes solicitações ao Senhor Ministro relacionadas ao orçamento das universidades federais:

1. Liberação integral do limite orçamentário das universidades federais da LOA 2023 atualizada com a recomposição;
2. Repasse, em 2023, com critérios pactuados entre o MEC e a Andifes, para as universidades federais, dos R\$ 193 milhões do valor da recomposição orçamentária aprovado na PEC da Transição que ficaram retidos no MEC, os quais estavam destinados especificamente para as universidades federais. Some-se a isso a necessidade de suplementação orçamentária para fazer face ao aumento nos valores de bolsas e auxílios nos mesmos percentuais recentemente implementados pelo MEC e CNPq;
3. Confirmação de que os limites de empenho liberados para receitas próprias em decorrência da Emenda Constitucional nº 126 não terão impacto na distribuição de limites orçamentários provenientes do tesouro para as universidades federais e nem no orçamento

do Ministério da Educação, dependendo apenas da efetiva arrecadação de cada universidade;

4. Recomposição do orçamento destinado ao funcionamento das universidades federais em 2024 para valores equivalentes ao do orçamento das universidades federais no último ano do segundo governo Lula, em 2010, corrigidos pelo IPCA, isto é, R\$ 8,5 bilhões, sem contabilizar os recursos provenientes do novo PAC. Para isso, há necessidade de ampliação de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões no montante total de recursos discricionários na Fonte do Tesouro da PLOA 2024 para as universidades federais. Ressalta-se que este montante sequer contabiliza o aumento de aproximadamente 33% no número de matrículas nos cursos de graduação e de 34% nas matrículas de mestrado e doutorado no período 2010 – 2021 e equivale a cerca de 67% do valor da LOA 2015 das universidades federais, atualizado monetariamente. Consideramos que esses valores são os necessários para o início da recomposição do orçamento das universidades federais, de modo a atender toda a diversidade das nossas instituições e dos nossos estudantes;

5. Estabelecimento de grupo de trabalho formado, entre outros atores que o Governo Federal julgar necessário, pela Casa Civil, MEC, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e ANDIFES para, juntos, planejarmos o necessário financiamento das nossas instituições até 2026.

Saudamos a determinação do governo federal para que o Brasil retome as principais políticas públicas voltadas para todas e todos brasileiros. Há ainda muito a avançar nas áreas de educação, ciência e tecnologia no Brasil para chegarmos, neste primeiro momento, pelo menos ao patamar deixado pelo governo do Presidente Lula em 2010, para ultrapassarmos os enormes desafios econômicos e sociais do nosso país. Nossas instituições estão à disposição para contribuir decisivamente para construirmos juntos o futuro que o povo brasileiro merece e precisa.

Respeitosamente,



Reitora Márcia Abrahão Moura
Presidente da Andifes

Vice-presidente: Reitor José Daniel Diniz Melo (UFRN)
Vice-presidente: Reitora Lucia Campos Pellanda (UFCSPA)
Vice-presidente: Reitor Sylvio Mário Puga Ferreira (UFAM)
Vice-presidente: Reitor Valder Steffen Júnior (UFU)